

DINÂMICAS DE DESIGUALDADE NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: ACESSO, GÉNERO E MOBILIDADE

[DINAGEM]

AGOSTO 2024

E-BOOK



CIPES

U.PORTO



universidade
de aveiro

fct

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

DOI: [10.54499/PTDC/CED-EDG/5530/2020](https://doi.org/10.54499/PTDC/CED-EDG/5530/2020)

Período: 2021-2024 (42 meses)

Instituição Responsável: Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior

Website do projeto: www.dinagem.com



[Círculo Universitário do Porto, 15 de Junho de 2023, Workshop Dynamics of Inequality in Portuguese Higher Education System: Access, Gender and Mobility]

Equipa de Investigação:

Carla Sá (Investigadora Principal), Universidade do Minho, NIPE e CIPES, Portugal

Miguel Urquiola (Consultor), Universidade de Columbia, NY, EUA

Ana Rute Cardoso, Instituto de Análise Económica, CSIC, Espanha

Laman Orujova, CIPES, Portugal

Louis-Philippe Morin, Universidade de Ottawa, Canadá

Hugo Figueiredo, Universidade de Aveiro e CIPES, Portugal

Pedro Luís Silva, CIPES e Universidade do Porto, Portugal

Pedro Nuno Teixeira, Universidade do Porto e CIPES, Portugal

Ricardo Biscaia, Universidade do Porto e CIPES, Portugal

Richard Murphy, Universidade do Texas, EUA

Stephen L. DesJardins, Universidade de Michigan, EUA

Introdução

Nas últimas décadas, o ensino superior português experimentou uma expansão significativa, proporcionando oportunidades para inúmeras pessoas concretizarem os seus sonhos e aspirações. Este crescimento da participação representa uma conquista notável, na medida em que promove a mobilidade social, o desenvolvimento económico, o avanço do conhecimento e a aquisição de competências. Apesar disso, tem sido acompanhado de preocupações crescentes relativamente à persistência de desigualdades que caracterizam o sistema.

O projeto *Dinâmicas de Desigualdade no Sistema de Ensino Superior Português: Acesso, Género e Mobilidade* explora diversas dimensões dessas desigualdades. Uma primeira dimensão de desigualdade está relacionada com a estratificação institucional. Já não se trata apenas de ter acesso a um diploma, mas sim do tipo de diploma, instituição, região ou área de estudo escolhida. Isto torna-se crucial, pois as perspetivas de emprego e os níveis de rendimento futuro variam significativamente dependendo destas escolhas.

A possibilidade do ensino superior estar a perpetuar as desigualdades socioeconómicas existentes também constitui fonte de preocupação. Perante a forte concorrência por determinados cursos, as famílias portuguesas têm tentado várias estratégias para aumentar as chances dos seus filhos serem bem sucedidos na sua colocação. Uma estratégia comum é a alocação de recursos materiais e financeiros à educação dos seus filhos, o que coloca os candidatos de contextos socioeconómicos mais elevados numa posição vantajosa.

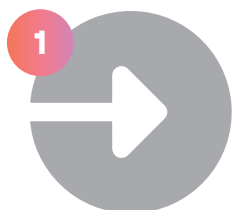
As desigualdades de género são uma questão incontornável em qualquer reflexão sobre o ensino superior. Alguns avanços têm sido feitos em relação à participação e qualificação das mulheres, mas é necessário reconhecer a persistência de desigualdades, em especial nas áreas de estudo escolhidas. Em algumas áreas específicas, nomeadamente em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM), as mulheres continuam sub-representadas. Isto pode, em parte, justificar a diferença salarial entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres têm menor acesso a empregos bem remunerados.

O número de anos de escolaridade constitui outra fonte de desigualdade que deve ser considerada. Os empregadores parecem valorizar mais diplomas de mestrado do que de licenciatura, o que significa que os estudantes que podem suportar os custos de um curso de mestrado têm uma vantagem no mercado de trabalho.

Estas múltiplas dimensões são analisadas com recurso a dados longitudinais que permitem seguir os indivíduos desde o ensino secundário e acompanhar o seu percurso no ensino superior. A estes juntam-se dados que permitem estudar as trajetórias dos diplomados, seja na prossecução de estudos, seja no mercado de trabalho.

A investigação realizada pretende contribuir para informar políticas que visem um sistema de ensino superior em Portugal que permita a todos terem sucesso, independentemente do seu contexto ou circunstâncias.

Os diversos artigos e relatórios produzidos apresentam uma análise detalhada, baseada em evidência. Cada um deles é apresentado de forma sumária, estando organizados em torno de quatro tópicos principais:



Desalinhamentos e
desigualdades no acesso
ao ensino superior



Desigualdades no
sucesso



(Des)igualdade
de género



Graus de desigualdade:
análise das transições
após a licenciatura



01

Desalinhamentos e desigualdades
no acesso ao ensino superior

Apesar da expansão e diversificação do ensino superior em Portugal terem aumentado a participação, persistem desigualdades no acesso. A competição por vagas em cursos e instituições prestigiados favorece estudantes de famílias de estatuto socioeconómico mais elevado. Políticas recentes, como a redução de vagas em grandes centros urbanos, visavam promover a coesão territorial, mas falharam em aumentar significativamente a procura por instituições em áreas menos densamente povoadas, beneficiando sobretudo cidades próximas de Lisboa e Porto. Adicionalmente, a inflação de notas nas escolas secundárias, pode estar a contribuir para um acesso desigual ao ensino superior, reforçando a necessidade de intervenções políticas que promovam maior equidade.

Artigo

Competition and diversification in higher education: Analysing impacts on access and equity in the case of Portugal

P. N. Teixeira, P.L. Silva, R. Biscaia, C. Sá (2022)
European Journal of Education, 57(2), 235-254
DOI: [10.1111/ejed.12501](https://doi.org/10.1111/ejed.12501)

O artigo investiga a relevância da diversificação e competição para o acesso e equidade no ensino superior em Portugal. Analisa até que ponto a expansão e diversificação do sistema de ensino superior, em termos de setores, áreas de estudo e distribuição geográfica dos cursos e instituições, contribuíram para a estratificação dos percursos académicos dos estudantes.

Resultados principais:

-  **Fatores socioeconómicos:** O contexto socioeconómico é um fator muito relevante na diferenciação do acesso ao ensino superior. Estudantes cujos pais têm níveis mais elevados de escolaridade tendem a matricular-se em cursos e instituições mais prestigiados e competitivos.
-  **Acesso a cursos prestigiados:** Os estudantes provenientes de escolas secundárias privadas tendem a ingressar mais no ensino superior, especialmente em cursos e instituições de prestígio.
-  **Estratificação:** Existem diferenças visíveis na distribuição de estudantes por setor (público vs. privado), instituições, localizações e áreas de estudo. A competição pelo acesso a cursos prestigiados tende a favorecer estudantes de famílias com mais recursos financeiros e educativos.

Conclusões:

A massificação do ensino superior em Portugal não garante oportunidades iguais para todos os estudantes. Os estudantes com melhor situação socioeconómica estão sobre representados nos cursos mais vantajosos. A reputação da instituição e a área de estudo têm consequências diferenciadas na qualidade da educação e nas oportunidades de emprego futuro.

Implicações de política:

-  **Políticas de equidade:** Devem ser implementadas políticas para garantir que a expansão do ensino superior não amplifique as desigualdades existentes, especialmente em contextos de forte competição.
-  **Apoio a estudantes desfavorecidos:** Deve ser alargado e reforçado o apoio a estudantes de famílias com menores recursos financeiros e educativos de modo a assegurar maior igualdade de oportunidades de acesso a cursos prestigiados.



Artigo

The (in)effectiveness of regulatory policies in higher education - The case of access policy in Portugal

R. Biscaia, P. N. Teixeira, C. Sá (2021)
Economic Analysis and Policy, 72, 176-185
DOI: [10.1016/j.eap.2021.08.006](https://doi.org/10.1016/j.eap.2021.08.006)

O artigo analisa o efeito da medida de redução em 5% das vagas do Concurso Nacional de Acesso (CNA) nas instituições de ensino superior públicas (IES) localizadas no Porto e em Lisboa para estimular a procura das instituições de zonas menos densamente povoadas, implementada no ano letivo de 2018/19. Esta medida tinha como objetivo o aumento da coesão territorial e uma distribuição mais equitativa dos estudantes pelas IES. Foi realizada uma simulação dos resultados do CNA no pressuposto de que as vagas eram as mesmas do ano anterior, que foram comparados com os resultados efetivamente verificados após a implementação da medida, no que respeita ao número de estudantes colocados e inscritos em cada instituição. As instituições foram divididas em grupos, dependendo da sua localização no país e do seu subsector e subsistema: (i) universidades públicas localizadas em Lisboa e Porto, (ii) institutos politécnicos públicos localizados em Lisboa e Porto, (iii) instituições públicas localizadas ao redor do Porto e de Lisboa e no litoral, (iv) instituições públicas do interior, e (v) instituições privadas (relevantes na comparação do número de inscritos).

Resultados principais:



Relativamente aos grupos de instituições considerados, concluiu-se que a mudança de política levou a uma diminuição do número de estudantes colocados na 1ª fase do CNA em Lisboa e no Porto, mas que o aumento nas instituições do interior foi de apenas 0,18%, muito aquém do previsto nos objetivos da política. As instituições do Porto e Lisboa perderam 1000 colocados, enquanto as instituições do interior apenas tiveram mais 20 estudantes.



Da análise dos inscritos resulta que quem mais beneficiou da política não foram as IES localizadas no interior, mas sim as localizadas em cidades próximas do Porto e Lisboa; nomeadamente, Aveiro, Braga, Coimbra e Setúbal tiveram um aumento de 3,3% no seu número de estudantes inscritos contra o aumento de 0,74% observado no número de colocados.

Conclusões:

O estudo mostra a grande dissonância entre a intenção da política e os resultados, sendo que a redução das vagas nas instituições maiores não beneficiou as instituições do interior. A medida teve ainda o efeito colateral de estimular algumas IES a atrair estudantes através de concursos alternativos, como os concursos especiais para estudantes internacionais ou maiores de 23 anos. O crescente peso no acesso ao Ensino Superior assumido por esses concursos limita a capacidade dos decisores de política regularem o sistema a partir do CNA.

Implicações de política:



Estabilidade das preferências dos estudantes: Nas políticas relativas ao acesso ao ensino superior em Portugal, a revelação por parte dos estudantes das suas 6 opções preferidas é informação muito relevante, e que deve ser utilizada para antecipar os resultados de políticas como esta.



Outros concursos de acesso ao ensino superior: A prevalência e o crescimento recente de outras formas de acesso ao Ensino Superior colocam dificuldades no desenho de políticas baseadas no CNA. As instituições (e os estudantes) têm caminhos alternativos para satisfazer as suas preferências, o que limita os efeitos desse tipo intervenção governamental.



Artigo

Specialists or all-rounders: How best to select university students?

P. L. Silva (2024)

Journal of Human Capital, 18(2), 227-271

DOI: [10.1086/728086](https://doi.org/10.1086/728086) (artigo publicado em golden open access)

As IES portuguesas escolhem os exames nacionais que os candidatos têm de realizar para aceder a cada um dos seus cursos com o objetivo de maximizar a qualidade dos estudantes que recrutam. Este estudo investiga se a especialização dos exames requeridos como prova de acesso ao ensino superior é um bom preditor do sucesso académico dos estudantes. As condições de acesso ao ensino superior em Portugal incluem a obrigatoriedade de realizar um a três exames de acesso que podem ser específicos da área de estudos do curso, de conhecimentos gerais (p.ex. Português) ou uma combinação dos dois tipos. Há, assim, estudantes que são admitidos tendo realizado apenas exames de conhecimentos gerais, a que chamamos generalistas, outros que realizaram exames específicos da área de estudos, os especialistas, outros ainda a quem chamamos versáteis porque são admitidos com os dois tipos de exame.

Resultados principais:

- ⌘ No final do primeiro ano, as diferenças de desempenho, medidas pelo número de ECTS realizado, entre generalistas, versáteis e especialistas não são significativas.
- ↗ No entanto, os estudantes generalistas e versáteis apresentaram uma melhor classificação final do curso do que os seus pares especialistas (mesmo depois de tomar em consideração as características do indivíduo, do curso e da instituição).

Conclusões:

Os resultados do estudo indicam que incluir um exame de conhecimentos gerais, como o exame de Português, nos requisitos de admissão ao ensino superior, tem um efeito positivo no desempenho global dos alunos no ensino superior. Isso sugere que um exame de conhecimento mais geral pode ser um indicador mais preciso das competências dos alunos do que a utilização exclusiva de exames específicos do curso.

Implicações de política:

-  **Práticas de admissão:** As instituições de ensino superior (IES) que incluem um exame de conhecimentos gerais nos critérios de entrada, de forma complementar aos exames específicos, conseguem recrutar melhores estudantes, em média. Isto é um sinal de aviso para as IES com políticas de admissão que dependem fortemente de exames específicos.
-  **Relevância do exame específico:** O exame específico, isoladamente, pode não ser um teste eficaz das competências associadas ao melhor desempenho nas IES. Considerar apenas esse tipo de exame pode não garantir a seleção dos melhores alunos.
-  **Desenho dos exames:** A eficácia de exames gerais versus específicos pode variar conforme o contexto e o desenho dos exames em diferentes sistemas educativos. O desenho de políticas deve considerar essas variações ao implementar mudanças nos critérios de admissão.



Artigo

Clustered local average treatment effects: Fields of study and academic student progress

D. Nibeering, M. Oostrveen, P. L. Silva (2022)
Disponível em [IZA Discussion Paper № 15159](#)

Este artigo investiga o efeito da área de estudo no sucesso académico dos estudantes, com recurso a uma nova estratégia de variáveis instrumentais (*Clustered Local Average Treatment Effects*, CLATE). O sucesso é medido pelo número de ECTS concluídos. Para a estimação dos efeitos beneficia de uma experiência natural no sistema de ensino superior português.

Resultados principais:

-  Os retornos de uma certa área de estudo variam de estudante para estudante, dependendo da área de estudo que deixam como alternativa. Por exemplo, os retornos de estudar Economia variam consoante a área de estudo alternativa que o estudante considerou.
-  Os resultados revelam heterogeneidade nos efeitos das áreas de estudo no sucesso académico, mostrando, por exemplo, que estudar Direito tem um impacto negativo, enquanto que estudar Informação e Jornalismo tem um impacto positivo no número de ECTS realizado no final do 1º ano.



O estudo também identifica clusters de tratamento com base na similaridade das áreas e na presença de atualização de preferências, indicando que os estudantes frequentemente ajustam as suas preferências para áreas relacionadas, o que influencia os seus resultados académicos. As estimativas indicam que o efeito sobre os ECTS realizados da escolha da área de estudo pode ter um impacto equivalente a um curso de volume de trabalho médio ou até grande por ano (acima de 6 ECTS).

Agricultura, silvicultura e pesca	x			5.701	-3.369	1.783	-0.397					-0.885	-0.334			7.371			
Arquitetura e construção	2.779	x	0.239	-0.735	10.946		15.964	-2.534	11.669	14.341	10.828	2.366	1.731	2.895	-5.479	12.100		-5.718	
Artes		-6.449	x	-2.664	2.770	2.770	-6.921	-4.893	-27.257	2.415	-2.274	-23.320			-9.544	-0.430	7.098	6.246	
Ciências económicas	-7.800	-7.804	1.074	x	1.565	-5.383	1.367	-1.580	0.630	0.548	-2.478	3.187		-2.764	2.775	-2.056	-0.088	-0.249	-11.918
Serviços comerciais	-3.063	-8.256	-7.781	-3.562*	x	-4.956	-2.014	*	-4.148	1.182	-6.701	-0.101	-3.586	-9.301	5.462	1.294	11.077	0.497	-18.175
Engenharia	1.353	-10.348	-2.977		4.283	x	1.068	-16.573	2.017	34.183	9.913	-0.701	5.857	-5.452	-7.855	0.916		-5.707	-4.494
Saúde		-5.125	4.470	-2.120	-6.197	-3.565	x	-5.628	-12.268	4.695	-0.898	-1.529	3.855	7.975	-7.030	-0.835	-19.486	-3.269	2.379
Humanidades		-8.882	-0.212	-1.195	3.066	-13.669	2.775	x			-6.456	-2.613		9.392	6.676	0.918	2.136	-3.506	
Informática		40.260	-13.283	3.450	9.536		-15.985		x	6.146		16.978		0.480	-13.364	0.575			
Informação e jornalismo			-5.262	-3.098	-0.677	-16.334	0.927	1.630		x	-4.570	-22.148				-4.257	4.127		
Direito			5.828	3.961	11.013	23.330	6.602	15.206		8.995	x	-9.504				7.095	12.993	9.043	
Ciências da vida	5.651		17.143	-3.076	3.615	-1.718	0.368		-13.455	-5.292	0.221	x	-5.338	-0.772	-4.844	4.620			
Indústria transformadora	-8.698	15.489	-9.160	2.563	6.366	-3.894	-2.678		10.015		-21.596	0.832	x	-36.500	-14.436	-7.643			6.686
Matemática e estatística				7.504	-4.800		5.493		-21.743			-4.493	-3.500	x	-18.224	11.281		-9.901	
Física	-17.229	10.480	-0.516	-8.292	6.416	1.780	6.299	3.584	-6.874	9.515	-11.779	3.861	-6.440	-1.675	x	3.428			33.060
Ciências sociais e comportamentais		-9.305				2.432	0.592		4.387	1.479		-2.762		-7.037	-15.117	x	0.482	2.894	-0.688
Serviços sociais			-7.936	-5.963	-2.289		-4.167	-5.991		-1.989	-9.770				0.829	-5.777	x	-1.589	
Professores			-4.110	-5.743	-2.556		-0.358	-4.246		0.579	-5.336					-1.645	0.636	x	
Veterinária	-8.991					-1.256	-2.056					3.681			19.969	-6.540			x

Figura 1 Ganho estimado de ECTS

Notas: Esta figura mostra os efeitos estimados. As linhas correspondem à segunda melhor opção e as colunas aos tratamentos. Uma célula preta (cinzenta) indica uma estimativa positiva (negativa) em termos de n.º médio de ECTS, significativamente diferente de zero ao nível de significância de 1%.

Implicações de política:



A heterogeneidade nos efeitos das diferentes áreas de estudo sobre o desempenho académico sugere que políticas de apoio ao estudante devem considerar estas diferenças, em vez de adotar uma abordagem uniforme.



Orientação vocacional e informações para estudantes: As diferenças significativas no progresso académico entre as áreas de estudo indicam a necessidade de fornecer melhor orientação vocacional e informações claras aos estudantes antes da escolha de seus cursos. O objetivo é ajudá-los a fazer escolhas mais informadas e alinhadas com suas aptidões e interesses, reduzindo os riscos de atraso e abandono.



Revisão e otimização dos currículos: As áreas de estudo que mostram impactos negativos significativos no progresso académico dos estudantes podem necessitar de uma revisão dos currículos. Isso pode incluir a introdução de métodos pedagógicos mais eficazes ou ajustamentos no conteúdo do curso para melhor alinhar com as necessidades e expectativas dos estudantes.



Artigo

Public and private school grading bias patterns in secondary education

P. L. Silva, S. L. DesJardins, R. Biscaia, C. Sá, P. N. Teixeira (2023)

IZA Discussion Paper No 160106

Disponível em <https://www.iza.org/publications/dp/16016>

O artigo investiga o fenómeno de inflação de notas no ensino secundário em Portugal. O principal objetivo é avaliar se existem diferenças significativas na inflação de notas entre os diferentes tipos de escolas secundárias em Portugal e como essas diferenças se refletem nas oportunidades de acesso ao ensino superior. Utilizando dados públicos do Júri Nacional de Exames (JNE), no período 2010-2020, o estudo examina como a inflação de notas varia conforme o tipo de escola, a sua localização geográfica e as características dos estudantes.

Resultados principais:



As escolas privadas são mais propensas a inflacionar notas do que as escolas públicas. Por sua vez, as escolas privadas com contrato de associação têm menor probabilidade de inflacionar notas.



Estudantes do sexo feminino têm uma probabilidade maior de receber notas inflacionadas do que estudantes do sexo masculino.



A inflação de notas é mais comum em certas regiões do país, indicando diferenças geoespaciais nos padrões de avaliação.

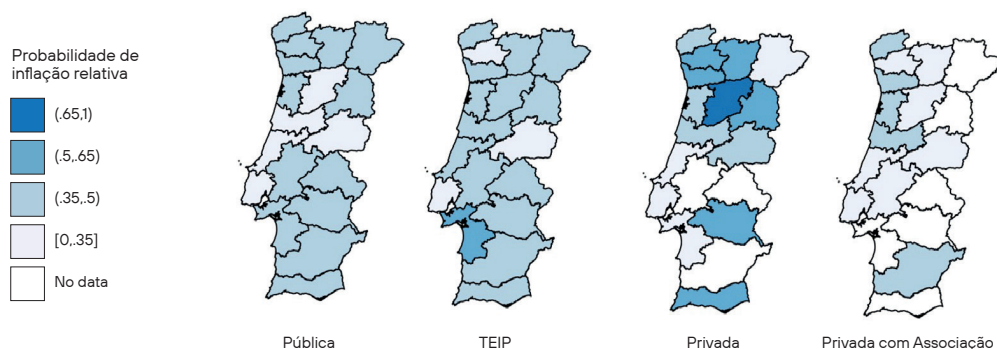


Figura 2 Probabilidade de inflação estimada por região e tipo de escola

Conclusões:

A inflação de notas em certas escolas pode colocar numa situação de vantagem os seus estudantes. O problema é ainda mais relevante quando se trata das disciplinas decisivas para o acesso ao ensino superior. Diferentes práticas de avaliação entre os tipos de escolas refletem disparidades na forma como os estudantes são preparados para os exames nacionais e para o ensino superior.

Implicações de política:



Regulação e monitorização: Há necessidade de uma maior regulação e monitorização das práticas de avaliação nas escolas para mitigar as desigualdades no acesso ao ensino superior.



Transparência nas notas: Implementar sistemas de transparência e prestação de contas que permitam uma melhor comparação entre as notas internas e os resultados de exames nacionais pode ajudar a mitigar a inflação de notas.



02

Desigualdades
no sucesso

Há grupos de estudantes que enfrentam maiores obstáculos no seu percurso académico, geradores de desigualdades no desempenho académico e na conclusão dos estudos no ensino superior. Fatores socioeconómicos, como a origem familiar, a condição de trabalhador-estudante e a preparação académica, podem influenciar significativamente as taxas de abandono e a capacidade de concluir o curso dentro do tempo previsto. Estes fatores tornam-se ainda mais relevantes em tempos de crise, como durante a pandemia de COVID-19, quando as desigualdades foram amplificadas. Esta secção explora como essas desigualdades se manifestam e quais as medidas que podem ser tomadas para mitigar os seus impactos e promover maior equidade no sucesso académico.



Artigo

Teacher high school scores or admission exams: What matters for elite and non-elite HE Courses?

P. L. Silva, C. Sá, R. Biscaia, P. N. Teixeira (2022)
Disponível em [IZA Discussion Paper No 15350](#)

Num contexto em que a expansão do ensino superior coloca desafios crescentes à seleção eficaz dos estudantes mais aptos, este estudo avalia a capacidade preditiva das notas do ensino secundário e dos exames nacionais para o desempenho académico no ensino superior em Portugal. O objetivo é determinar como esses critérios de admissão se relacionam com o sucesso dos estudantes (medido pelo número de ECTS no final do 1º ano), particularmente em cursos mais seletivos. Estes são cursos com critérios de admissão mais exigentes e com elevada procura devido à sua reputação de excelência. Tendem, por isso, a atrair estudantes com qualificações muito elevadas do ensino secundário e desempenho excelente nas provas de acesso.

Resultados principais:



As notas atribuídas pelos professores (classificação final média do ensino secundário) são melhores preditores do desempenho dos estudantes no ensino superior do que as notas dos exames nacionais. Este facto é condicional à existência de exames. Ou seja, as classificações atribuídas pelos professores são mais eficazes na previsão do sucesso académico futuro quando são usadas em conjunto com os exames nacionais.



A capacidade preditiva tanto das notas nas escolas como dos exames aumenta à medida que a seletividade do curso de ensino superior aumenta.



Os exames nacionais, embora em menor grau, ainda desempenham um papel importante, especialmente em programas de muito seletivos.

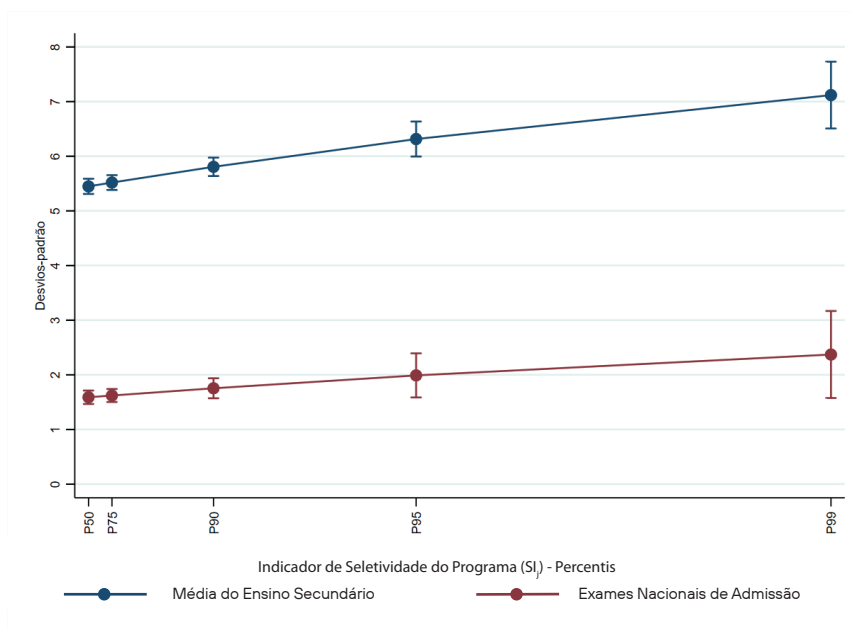


Figura 3

Estimativa do número de ECTS no final do 1º ano em função da seletividade do curso (em desvios-padrão)

Conclusões:

As notas do ensino secundário são mais robustas na previsão do sucesso académico no ensino superior, especialmente em cursos mais seletivos. No entanto, os exames nacionais também desempenham um papel importante e, quando combinados com as notas do ensino secundário, permitem uma avaliação mais completa e justa do potencial dos estudantes. Isto sugere que os critérios de admissão devem considerar múltiplas dimensões de avaliação para garantir a seleção dos estudantes mais bem preparados.

Implicações de política:



O estudo sugere que as **políticas de admissão** ao ensino superior devem considerar um equilíbrio entre as notas do ensino secundário e os resultados dos exames nacionais. Isso poderia contribuir para uma melhor correspondência entre as reais capacidades dos estudantes e as exigências dos cursos, promovendo um maior sucesso académico e, posteriormente, melhores resultados no mercado de trabalho.



Artigo

The Impact of COVID-19 on dropout and delayed completion rates in Portuguese higher education

C. Sá, A.R. Luz, O. Tavares, M.J. Antunes, P. L. Silva (2024)

Disponível em: www.dinagem.com

O abandono e a conclusão fora do tempo previsto do curso de ensino superior agravam as desigualdades socioeconómicas. Estudantes de famílias com rendimentos baixos e de classe média enfrentam dificuldades no ensino superior, o que afeta as suas perspetivas de emprego e qualidade de vida. O abandono aumenta o desemprego e a dependência de assistência pública, enquanto a conclusão fora do tempo previsto resulta em salários mais baixos e maior risco de desemprego. Este estudo tem o duplo objetivo de identificar os determinantes das taxas de abandono escolar e de conclusão fora do tempo previsto e de avaliar se os preditores tradicionais desses indicadores de resultados viram o seu efeito amplificado, reduzido ou alterado pela pandemia.

Resultados principais:



As taxas de abandono e de conclusão fora do período esperado aumentaram durante a pandemia de COVID-19, especialmente para as coortes de 2019/2020 e 2020/2021, relativamente aos níveis pré-pandemia.



Os cursos com maior proporção de estudantes que são os primeiros na família a frequentar o ensino superior e de trabalhadores-estudantes apresentam as taxas mais elevadas de abandono e de conclusão fora do tempo esperado. Estes efeitos sofreram um agravamento maior durante a pandemia.



As taxas de abandono e de conclusão depois do tempo previsto são maiores nos cursos com maior peso de estudantes bolseiros e do sexo feminino, apesar de ter diminuído durante a pandemia.



Os cursos CTEM experimentaram um maior agravamento das taxas de abandono e de atraso na conclusão durante a pandemia do que os cursos não-CTEM. Entre as possíveis explicações contam-se os conhecimentos de matemática insuficientes, com classificações no exame nacional que não correspondem aos seus conhecimentos, e o cancelamento de práticas laboratoriais, que terá reduzido a satisfação com o curso.

Conclusões:

Os resultados do estudo mostram que a pandemia de COVID-19 agravou as desigualdades no ensino superior, com um aumento significativo nas taxas de abandono e de conclusão fora do tempo previsto, especialmente entre estudantes mais vulneráveis. As bolsas de estudo mostraram-se eficazes na mitigação desses riscos.

Implicações de política:



Reforço das bolsas de estudo: Os programas de atribuição de bolsas de estudo devem ser alargados e reforçados de forma a que mais estudantes possam beneficiar do efeito protetor oferecido por estas ajudas financeiras.



Monitorização contínua e sistemas de alerta precoce: Estabelecer sistemas de monitorização contínua para identificar precocemente estudantes em risco de abandono, com intervenções personalizadas que possam prevenir a desistência ou atraso na conclusão dos estudos. Estes sistemas devem considerar que os estudantes de primeira geração e os trabalhadores estudantes apresentam risco adicional de abandono.



Apoio à requalificação e formação contínua: Promover programas de requalificação e formação contínua para estudantes que abandonaram os estudos devido à pandemia, facilitando o seu reingresso no ensino superior e conclusão dos cursos.

A close-up photograph of two young people, likely students, standing outdoors. They are holding large purple folders or binders. The person on the left is wearing a dark blue long-sleeved shirt and a grey backpack strap is visible. The person on the right is wearing a black tank top, a pink smartwatch, and blue denim shorts. The background is a soft-focus green field.

03

(Des)igualdade
de género

As desigualdades de género no ensino superior refletem-se tanto na escolha de áreas de estudo quanto nas oportunidades de mobilidade social e salarial. Estudos como "When girls choose STEM" e "Keeping it in the family: Student to degree match" mostram que, embora o ingresso de mulheres em áreas CTEM possa reduzir as disparidades salariais, a feminização dessas profissões pode levar à desvalorização salarial. Além disso, estudantes de primeira geração e mulheres tendem a subaproveitar as suas qualificações, escolhendo cursos de menor qualidade. Estes estudos analisam como a combinação de fatores de género, contexto socioeconómico e escolha de área de estudo influencia as trajetórias académicas e profissionais, e discutirá as intervenções políticas necessárias para mitigar as desigualdades existentes.



Artigo

When girls choose STEM

A. R. Cardoso, L. P. Morin, P. L. Silva
Disponível em: www.dinagem.com

A empregabilidade e o potencial salarial das áreas de estudos têm vindo a assumir relevância crescente no financiamento das instituições de ensino superior por parte do governo e na eleição de área académica por parte dos estudantes. Existe a ideia generalizada de que, se as jovens escolherem áreas de estudo que são atualmente bem remuneradas, como CTEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), as disparidades salariais entre homens e mulheres diminuirão. Realmente, a comparação das distribuições salariais de homens e mulheres em profissões das áreas CTEM e outras áreas científicas (figura 1) revela dois padrões: (i) as disparidades salariais entre homens e mulheres são menores nas profissões CTEM; (ii) as profissões da área CTEM pagam um prémio salarial, tanto a homens como a mulheres, face a outras áreas profissionais.

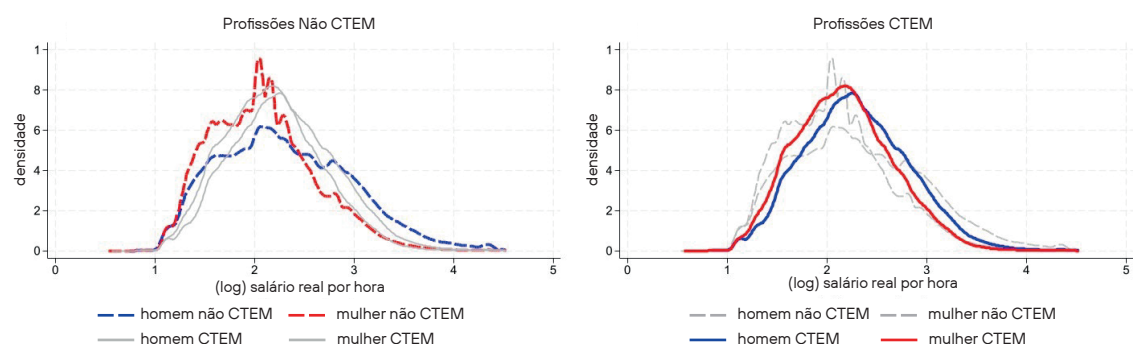


Figura 4 Distribuição salarial em profissões CTEM e não-CTEM, para homens e mulheres

Fonte: Portugal, Quadros de Pessoal, 2010-2020

Porém, a feminização de uma área de estudos académicos e consequente feminização da profissão poderá gerar alterações na distribuição de salários. Por exemplo, mudanças na composição do emprego, com uma parcela crescente de imigrantes, mulheres, ou jovens, poderão levar a ajustamentos salariais, no sentido da desvalorização salarial da profissão. As razões para essa tendência podem ser múltiplas, como o grau de carência de mão de obra ou o diferente poder negocial de diferentes segmentos da população trabalhadora.

Propusemo-nos avaliar o impacto da crescente feminização de uma área de estudos académicos sobre os seus salários, abordando a seguinte questão: será que uma área de estudo se torna menos valorizada no mercado de trabalho quando a sua percentagem de mulheres aumenta? Para o efeito, utilizámos excelentes fontes de dados estatísticos, contendo informação longitudinal sobre a população dos trabalhadores e empresas do setor privado em Portugal. Utilizámos igualmente excelentes fontes de dados estatísticos sobre a população dos estudantes e diplomados pelo ensino superior em Portugal.

A metodologia utilizada permite fazer face ao desafio metodológico que se coloca neste tipo de análises, a denominada "endogeneidade" da parcela feminina num grupo profissional. Por outras palavras, a empresa determina simultaneamente a composição da força de trabalho que recruta, bem como os salários que paga, dentro das restrições institucionais vigentes e da disponibilidade de mão de obra no mercado. O que se pretende é precisamente isolar o impacto da disponibilidade de mão de obra mais feminizada no mercado de trabalho, expurgando-o da influência de outros fatores ao nível da empresa ou do mercado de trabalho. O método utilizado, denominado variáveis instrumentais, tira partido de variação exógena na proporção de mulheres no mercado

Resultados principais:



A análise permitiu detetar que os salários de uma área de estudo reagem à proporção de mulheres. Os resultados indicam que um aumento de 10 p.p. na parcela feminina de uma profissão conduz a uma diminuição de 4-5% nos salários pagos a essa profissão. Assim, à medida que as mulheres ingressam em cursos superiores bem remunerados, as disparidades salariais entre homens e mulheres diminuirão, mas não tanto quanto aconteceria se os salários não reagissem à feminização da força de trabalho.



Interessava-nos também averiguar as implicações do facto de algumas mulheres que se formam em cursos CTEM ingressarem noutras profissões, quando transitam para o mercado de trabalho. Verificámos que elas tendem a desempenhar funções de áreas não-CTEM com nível salarial relativamente elevado (veja-se o caso de empregos na área farmacêutica ou relacionados com a medicina). Por conseguinte, o impacto negativo da feminização das ocupações CTEM é menor para a área de estudo CTEM, dado que a formação em CTEM faculta um "passaporte" para outras áreas de trabalho, que pagam salários relativamente elevados.



Artigo

Keeping it in the family: Student to degree match

R. Murphy, P. L. Silva (2024)

Disponível em [IZA Discussion Paper № 16931](#) e [CESifo Discussion Paper № 11075](#)

Este artigo explora as desigualdades sistemáticas no processo de seleção dos cursos de ensino superior em Portugal, centrando-se em estudantes que são os primeiros das suas famílias a ingressar na universidade. O estudo utiliza dados administrativos dos candidatos ao ensino superior português, e cria uma medida de alinhamento/correspondência entre a qualidade do estudante e do curso escolhido, que é contínua e transparente. O objetivo principal é investigar se há subaproveitamento de capacidades decorrente do facto dos estudantes se inscrevem em cursos de qualidade inferior à esperada com base nas suas qualificações e como esses padrões de comportamento afetam a mobilidade intergeracional e a equidade de género.

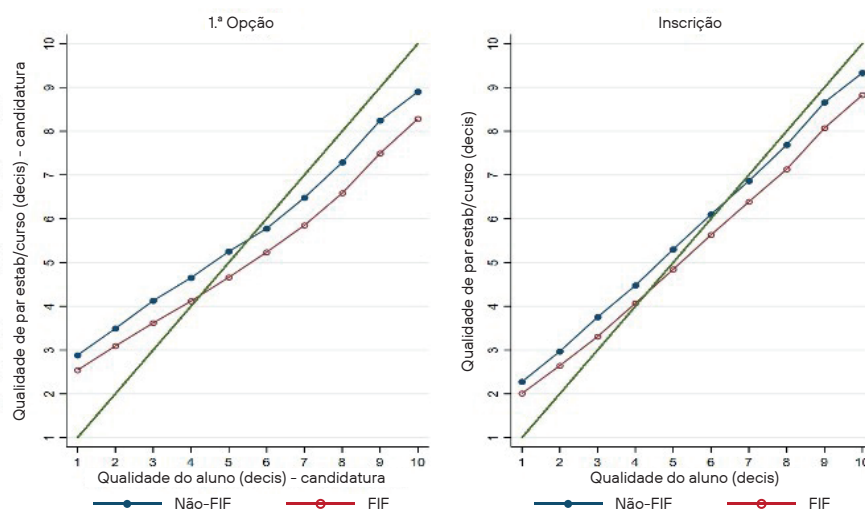


Figura 5

Diferenças de alinhamento entre estudantes de 1.ª geração (FIF) e restantes estudantes.

Resultados principais:



Subaproveitamento dos estudantes de 1º geração: Os estudantes de 1ª geração no ensino superior inscrevem-se de forma consistente em cursos de qualidade inferior à sua capacidade académica, o que acontece menos com os restantes estudantes.



Diferenças de género: As mulheres, especialmente as que apresentam níveis de desempenho elevado, tendem a escolher cursos de qualidade inferior aos escolhidos por homens com níveis desempenho académico semelhante ao seu.



Influência do contexto escolar: As características da escola secundária frequentada, assim como a sua localização e o contexto socioeconómico dos seus estudantes, influenciam significativamente as desigualdades na escolha de curso.



Sistema de admissão em Portugal: O uso de um algoritmo de correspondência centralizado ajuda a mitigar o subaproveitamento inicial observado nas preferências dos estudantes.

Conclusões:

O estudo demonstra que, embora o sistema centralizado de admissão ao ensino superior em Portugal reduza o nível de subaproveitamento em comparação com outros países, ainda existem desigualdades significativas, principalmente entre estudantes de 1ª geração e mulheres com níveis de desempenho elevados. Essas desigualdades comprometem o potencial do ensino superior para promover a mobilidade social e a equidade de género.

Implicações de política:



Melhoria da informação, orientação vocacional e acompanhamento: Importa aumentar o acesso a informações claras sobre o retorno dos diferentes cursos de ensino superior, especialmente para alunos de escolas de regiões desfavorecidas. O maior acompanhamento dos estudantes durante o processo de candidatura pode ajudar a reduzir desalinhamentos existentes.



Apoiar a mobilidade geográfica: Criar políticas que incentivem e facilitem a mobilidade geográfica, especialmente para mulheres, que podem estar mais limitadas por fatores de localização ao escolher instituições de ensino superior.



Monitorizar a igualdade de género: As políticas dirigidas à diminuição das desigualdades de género nas áreas de estudo devem incentivar as mulheres a escolher áreas tradicionalmente dominadas por homens, como engenharia e ciências exatas.

A hand holding a gold pen is writing on a white notebook. The background is a blurred image of various charts and graphs, including pie charts and bar charts, suggesting a business or academic context. A semi-transparent red banner is overlaid on the right side of the image, containing the text for this section.

04

Graus de desigualdade: análise das transições após a licenciatura

Apesar da expansão do ensino pós-graduado, os trabalhadores com mestrado continuam a usufruir de prêmios salariais elevados, especialmente em profissões mais complexas. Esses prêmios duplicaram ao longo da última década, enquanto os licenciados ocupam cada vez mais posições de menor qualificação e remuneração. Contudo, persistem desigualdades no acesso ao mestrado, particularmente entre estudantes de primeira geração e mulheres, o que reforça a necessidade de políticas que promovam maior equidade e incentivem a mobilidade entre instituições e áreas de estudo.



Artigo

Determinants of switching higher education degrees

L. Orujova, P. L. Silva, C. Sá, A. Carneiro (2024)

Disponível em: www.dinagem.com

Apesar da expansão no acesso e participação no ensino superior, as desigualdades socioeconômicas ainda afetam o acesso e a permanência, particularmente ao nível dos cursos de mestrado. Esses obstáculos podem comprometer o potencial da educação como um fator de promoção da equidade. Neste estudo exploram-se as características dos licenciados que influenciam a decisão de prosseguir para cursos de mestrado. É também analisada a mobilidade institucional e de área de estudo no caso dos estudantes que continuam a estudar. São usados dados da população de inscritos e diplomados no ensino superior referentes ao período 2013/14 a 2021/2022.

Resultados principais:



As mulheres têm menor probabilidade de transitar para o mestrado. Contudo, têm maior probabilidade que os homens de mudar de instituição quando fazem essa transição.



Os estudantes de 1ª geração, ou seja, a primeira geração na família a frequentar o ensino superior, têm menor probabilidade de frequentar cursos de mestrado, assim como de mudar de instituição ou de área de estudo ao nível de mestrado. Esta diferença é menos acentuada caso os alunos de 1ª geração tenham feito uma licenciatura numa instituição de topo.

- 

Diplomados de certas áreas de estudo como educação e ciências sociais têm maior probabilidade de transitar para o mestrado, enquanto que os licenciados nas áreas da saúde e bem-estar têm menor propensão para prosseguir estudos.
- 

São os licenciados em universidades públicas aqueles que mais prosseguem estudos. Estes tendem a frequentar um mestrado na mesma instituição, enquanto os diplomados de institutos politécnicos e universidades privadas mostram maior mobilidade na escolha da IES.
- 

Alguns estudantes mudam de área de estudo no mestrado. Destacam-se os diplomados das áreas de saúde, ciências sociais e serviços por mudarem mais de área que os restantes estudantes.
- 

O desempenho académico anterior condiciona a decisão de fazer um mestrado. Os licenciados com melhor média estão mais disponíveis para a mobilidade institucional, mas apresentam menor propensão para mudar de área de estudo do que os seus pares.
- 

Os licenciados de instituições mais bem classificadas nos rankings apresentam maior probabilidade de continuar para mestrado, mas menos disponíveis para escolher uma IES diferente da frequentada na licenciatura.

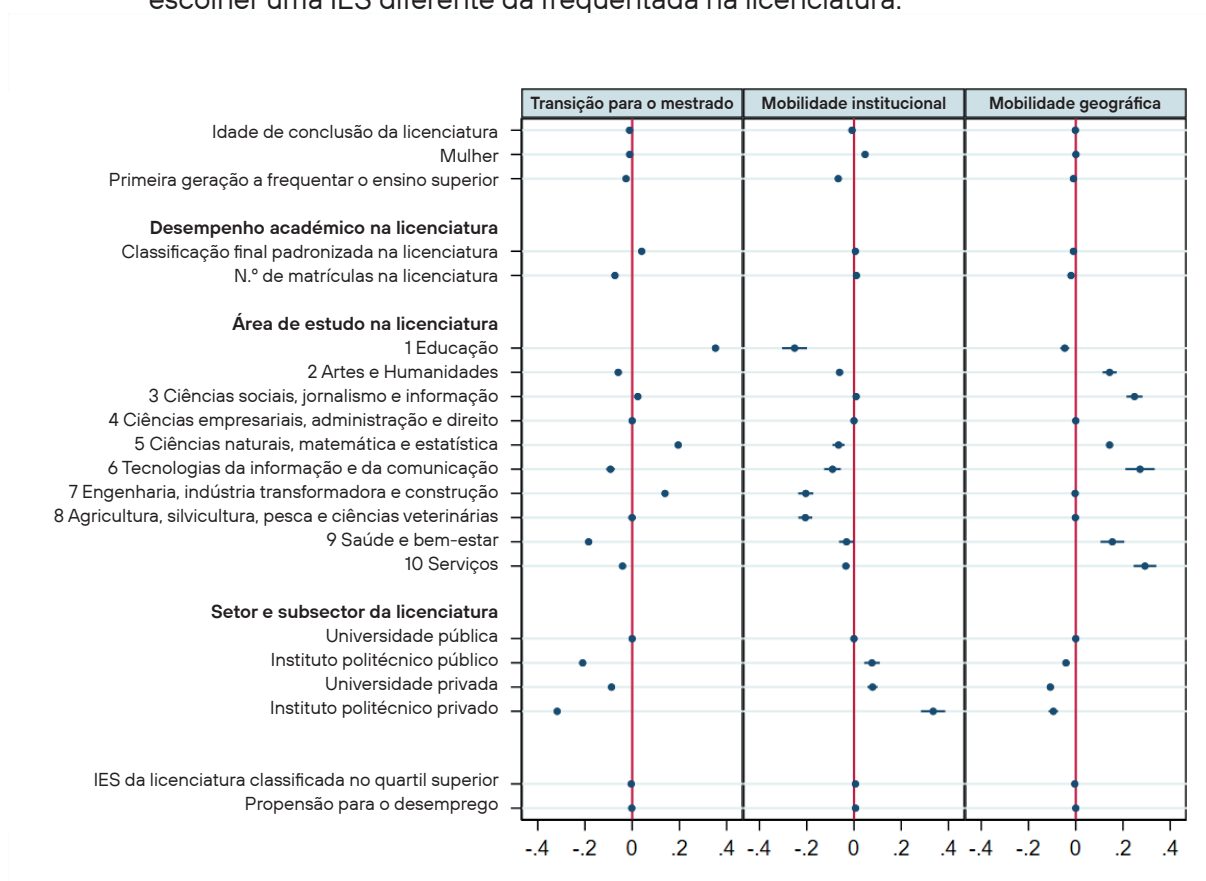


Figura 6

Efeitos médios estimados sobre a probabilidade de transição para mestrado, mobilidade institucional e mobilidade geográfica

Conclusões:

As desigualdades no acesso ao mestrado têm origem em múltiplos fatores, incluindo o gênero e a origem familiar dos estudantes. As dificuldades com que se deparam os estudantes de 1ª geração e mulheres chamam a atenção para a necessidade de políticas mais inclusivas capazes de reduzir essas desigualdades..

Implicações de política:

-  **Incentivar a participação de grupos desfavorecidos**, nomeadamente estudantes de 1ª geração, em cursos de mestrado, através da oferta de apoios financeiros que podem assumir a forma de bolsas de estudo mais generosas para o mestrado, ou a redução de propinas.
-  **Desenhar políticas com o objetivo de alargar a participação de estudantes em universidades de topo a nível de licenciatura**, permitindo a sua mobilidade entre regiões, dada a maior propensão dos licenciados dessas universidades para transitar para o mestrado, por um lado, e a sua potencial capacidade de igualar as oportunidades de transição para o mestrado dos estudantes de 1ª geração, por outro lado.
-  **Incentivo à mobilidade:** Dar aos estudantes mais oportunidades para mudar de área de estudo entre a licenciatura e o mestrado. Isso pode incluir a oferta de formações complementares de adaptação a outras áreas de estudo.



Artigo

Returns to postgraduate education: Holding on to a higher ground?

H. Figueiredo, V. Rudakov, A. Carneiro, M. Portela, P. N. Teixeira (2024)

Disponível em: www.dinagem.com

Os salários relativos dos trabalhadores com mestrado têm vindo a subir apesar da progressiva generalização deste nível de qualificações entre os mais jovens. Este artigo documenta a evolução dos prémios salariais atribuídos aos trabalhadores com mestrado ao longo de toda a distribuição salarial e propõe uma forma inovadora de medir a importância relativa de diferentes explicações dessas diferenças salariais. Separa, em particular, prémios associados à presença de mestres em profissões mais bem pagas e mais complexas do ponto de vista do seu perfil de qualificações, de prémios atribuídos a esse nível de qualificações em empregos partilhados por mestres e não-mestres. Procura distinguir, desse modo, a importância relativa de fatores associados à oferta de qualificações e competências (por exemplo, a composição da oferta por área de estudos e das próprias competências inatas e individuais) e fatores associados à alteração da estrutura de procura, em particular a recomposição da estrutura empresarial e de profissões e a medida em que essa alteração tem ou não acompanhado a massificação progressiva dos mestrados no mercado de trabalho.

Resultados principais:

-  O prémio salarial atribuído aos mestrados mais do que duplicou entre 2010 e 2019, fruto, nomeadamente, da queda relativa dos salários médios atribuídos a níveis inferiores de qualificações, nomeadamente aos detentores de qualificações superiores de primeiro ciclo.
-  A magnitude desses prémios salariais é explicada fundamentalmente pela heterogeneidade das profissões ocupadas por mestres e não-mestres e pela progressiva alocação de diplomados de primeiro ciclo a profissões de nível hierárquico mais baixo e menos complexas do ponto de vista do seu perfil de competências. A criação de novas ocupações com perfis de competências mais complexos, dedicadas exclusivamente a pós-graduados assume, no entanto, pouca importância relativa na evolução destes prémios salariais.
-  No entanto, os prémios atribuídos a mestres em empregos partilhados com diplomados de primeiro ciclo têm vindo a crescer, constituindo uma importante explicação da sua tendência de subida.

Conclusões:

O estudo conclui deste modo que, mesmo que a estrutura ocupacional da economia portuguesa mostre sinais de alguma inércia quando comparada com a evolução das qualificações dos seus trabalhadores mais jovens, a obtenção de um diploma de mestrado continua a funcionar com um importante pré-requisito para assegurar a manutenção de salários absolutos e relativos elevados.

Implicações de política:

-  Os resultados deste estudo suportam uma visão otimista relativamente à generalização progressiva dos mestrados entre os trabalhadores mais jovens. Não tanto porque a economia portuguesa mostre capacidade para complexificar rapidamente a sua estrutura ocupacional mas porque os empregadores parecem demonstrar uma elevada preferência por níveis de qualificações mais altos nos processos de recrutamento para melhores empregos e também porque parecem demonstrar apetência para atribuir prémios salariais significativos no quadro de empregos aparentemente semelhantes, sugerindo um maior potencial produtivo e de transformação desses empregos, por parte dos detentores de um diploma de mestrado. Pelo contrário, os resultados deste estudo colocam progressivamente em causa a rentabilidade de percursos curtos de formação superior ao nível do primeiro ciclo.



Relatório de política

Mestrados em Portugal

Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), Portugal

P. L. Silva, C. Sarrico (2023)

Disponível em: <https://comissaoejes.dges.gov.pt/?plid=39681>

Este relatório analisa a evolução dos cursos de mestrado no sistema de ensino superior português, uma área que tem assumido uma crescente importância tanto em termos de participação estudantil quanto aos retornos no mercado de trabalho. É abordada a discrepância entre a crescente taxa de ingresso em cursos de mestrado e a baixa taxa de conclusão, assim como a eficiência formativa e as desigualdades que afetam o percurso dos estudantes de mestrado. O estudo também reflete sobre as implicações da falta de controlo sobre as propinas e o financiamento das instituições, questionando o impacto na qualidade da formação oferecida.

Resultados:



O número de alunos inscritos pela 1ª vez em cursos de mestrado pela 1ª vez tem vindo a crescer paulatinamente desde 2016/17, acompanhando o crescimento do número de cursos em funcionamento (Figura 7). No entanto, a taxa de abandono mantém-se bastante elevada, no intervalo 25%-30% (Figura 7). Comparando as séries dos inscritos e dos diplomados ao longo do tempo, constata-se que a série dos diplomados segue a dos inscritos, mas que a ordem de grandeza dos diplomados é muito inferior à ordem de grandeza esperada, o que indicia uma muito baixa eficiência formativa ao nível do mestrado.



A taxa de abandono dos alunos internacionais tende a ser superior à dos nacionais, com exceção dos provenientes da Alemanha e Itália. As diferenças poderão indicar diferentes níveis de preparação anterior à frequência do mestrado, e deverão ser consideradas nos critérios de admissão.



Comparando as classificações finais de licenciatura e mestrado apenas para os alunos que obtiveram ambos os graus em Portugal no período considerado, o diferencial da moda mantém-se em dois valores. Num mercado em que as IES competem para atrair alunos de mestrado, e a consequente receita, as instituições poderão responder aos anseios dos estudantes por uma credencial com uma classificação final elevada que possa fazer a diferença no mercado de trabalho. Tal como na questão da eficiência formativa, é importante que os mecanismos de garantia da qualidade externos às instituições se debrucem sobre esta questão.

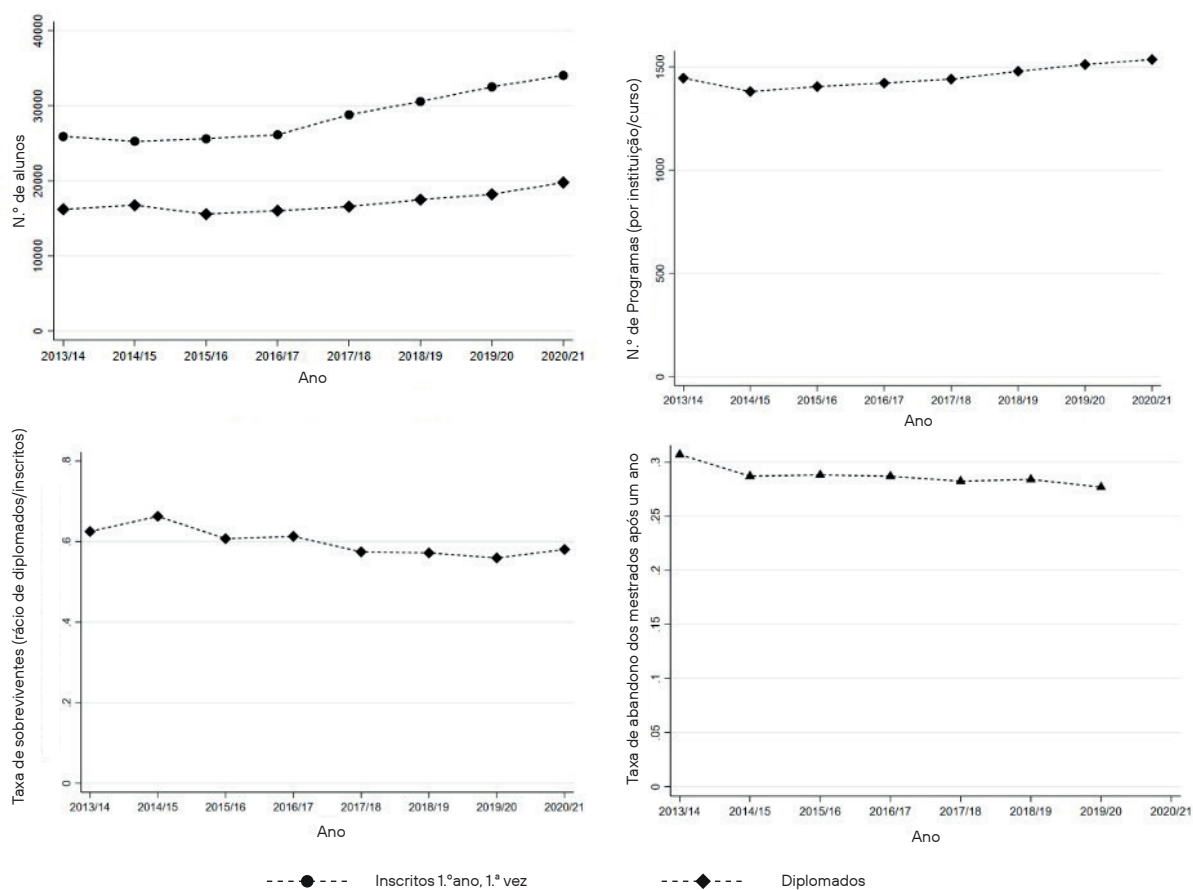


Figura 7 Alunos inscritos, diplomados, taxas de sobrevivência e taxa de abandono

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC. Cálculos dos Autores.

Equipa de Investigação



Carla Sá
(U. Minho, NIPES e CIPES, Investigadora Principal)

Carla Sá é professora auxiliar do Departamento de Economia da Universidade do Minho e investigadora no NIPE (Núcleo de Investigação em Políticas Económicas) e no CIPES (Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior). Doutorou-se em Economia no Tinbergen Institute/Vrij Universiteit Amsterdam, na Holanda. Os seus interesses de investigação situam-se na interseção da Economia da Educação e da Economia Espacial, nomeadamente no processo de decisão dos estudantes. Tem artigos publicados em revistas internacionais como *Journal of Economic Inequality*, *Regional Studies*, *Spatial Economics Analysis*, *CESifo Economic Studies*, *Higher Education*, *Studies in Higher Education* e *European Journal of Education*. Tem feito parte de equipas de investigação de projetos financiados pela FCT, A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), FFMS (Fundação Francisco Manuel dos Santos) e Fundação Belmiro de Azevedo e FJN (Fundação José Neves). Tem ainda desenvolvido trabalhos de consultadoria para organizações como o Ministério do Trabalho e o ILO (Organização Internacional do Trabalho). É Conselheira do CNE (Conselho Nacional da Educação) desde 2022.



Miguel Urquiola
(U. Columbia, EUA, Consultor)

Miguel Urquiola é Diretor de Ciências Sociais e Professor de Economia na Universidade de Columbia. Presidiu ao Departamento de Economia da Universidade de Columbia e ao seu Comité de Economia da Educação. É também membro do corpo docente da School of International and Public Affairs (SIPA), onde foi vice-reitor. Fora da Universidade de Columbia, Miguel Urquiola é Investigador Associado no National Bureau of Economic Research (NBER) e teve cargos na Universidade de Cornell, no Banco Mundial e na Universidade Católica Boliviana. É membro de conselhos como o do Social Science Research Council. A investigação de Miguel Urquiola incide sobre a Economia da Educação. Centra-se na compreensão da forma como as escolas e as universidades competem e como os mercados educativos diferem de outros mercados que os economistas estudam. Escreveu numerosos artigos de jornal sobre estas questões e um livro sobre a razão pela qual as universidades americanas se destacam na investigação: *Markets, Minds, and Money* (Mercados, Mentes e Dinheiro). Destacam-se os inúmeros artigos na *American Economic Review*, *Journal of Economic Perspectives*, *Journal of Human Resources*, *Annual Review of Economics*, *Journal of Economic Literature*, *Review of Economic and Statistics*, entre muitos outros.



Ana Rute Cardoso
(IAE-CSIC e BSE, Espanha)

Ana Rute Cardoso é Professora Associada de Investigação no Instituto de Análise Económica do Conselho Superior de Investigação Científica de Espanha e Professora Afiada da Barcelona School of Economics. Doutorou-se em Economia no Instituto Universitário Europeu, Florença, onde obteve o Prémio para a Melhor Tese de Doutoramento em economia 1995-1998. Foi investigadora visitante na Universidade da Califórnia-Berkeley (2011) e investigadora do Institute for the Study of Labor na Alemanha (2002-2008). Atualmente, é Research Fellow no Institute of Labor Economics (IZA), Bona, Alemanha, e External Fellow no Centre for Research and Analysis of Migration (CReAM), Londres, Reino Unido. As suas áreas de investigação são economia do trabalho e economia das desigualdades. Interessa-se também pela ligação entre o ensino superior e o mercado de trabalho. Tem trabalhado em temas como a dispersão salarial, o comportamento do empregador e o papel das instituições e regulação no mercado de trabalho, numa perspetiva de microeconomia empírica. Publicou em revistas académicas como o Quarterly Journal of Economics, American Economic Journal: Applied Economics, Journal of Labor Economics, Journal of the European Economic Association, Journal of Applied Econometrics, Scandinavian Journal of Economics, Oxford Bulletin of Economics and Statistics, entre outras.



Laman Orujova
(CIPES, Portugal)

Laman Orujova é investigadora de pós-doutoramento no CIPES. Tem um doutoramento em Economia pela Nova School of Business and Economics. Os seus interesses de investigação incluem Economia do Bem-Estar, Economia do Trabalho, Economia Pública e Microeconometria. Mais especificamente, a sua investigação centra-se na medição da pobreza, incorporando conceitos de equidade e desigualdade de oportunidades.



Louis-Philippe Morin
(U. Ottawa, Canadá)

Louis-Philippe Morin é Professor Catedrático no Departamento de Economia da Universidade de Ottawa. Obteve o seu doutoramento na Universidade de Toronto. A sua investigação centra-se na economia da educação e na economia do trabalho. Em particular, está interessado em estimar o impacto das políticas de *affirmative action* no acesso ao ensino superior e no mercado de trabalho, e como as diferenças de género na sala de aula podem traduzir-se em disparidades de género no mercado de trabalho. Publicou em revistas científicas revisadas por pares, como o *Economic Journal*, o *Journal of Human Resources* e o *Journal of Labor Economics*. O seu artigo com Fernanda Estevan e Thomas Gall, publicado no *Economic Journal*, foi distinguido com o Prémio Haralambos Simeonidis de 2019 pela Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Economia, como o melhor artigo publicado em 2019 por um economista brasileiro.



Hugo Figueiredo
(U. Aveiro e CIPES, Portugal)

Hugo Figueiredo é Professor Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, investigador integrado do CIPES e colaborador do GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (2000) e doutorado pela Manchester Business School, Universidade de Manchester (2009). É fellow da Global Labour Organisation e foi, entre 2022 e 2024, conselheiro do Conselho Nacional de Educação. As suas áreas de especialização são a economia da educação, a economia do trabalho e a economia e gestão pública. A sua investigação incide sobre o efeito da massificação do ensino na evolução dos retornos económicos e não-económicos do ensino superior, nas alterações na estrutura de procura de qualificações superiores e competências, na igualdade de género e, mais genericamente, no âmbito das políticas públicas para o ensino superior. Tem trabalhos científicos publicados em revistas como *Cambridge Journal of Economics*, *Studies in Higher Education*, *Journal of European Social Policy*, *Applied Economics Letters* e *Industrial Relations Journal*. Além da sua atividade de investigação tem vindo a colaborar regularmente com entidades relevantes na área da educação e da divulgação de ciência, nomeadamente a Fundação Francisco Manuel dos Santos, Fundação José Neves e Fundação Belmiro de Azevedo.



Pedro Luís Silva
(CIPES e U.Porto, Portugal)

Pedro Luís Silva é Investigador Auxiliar no CIPES, Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e membro afiliado no IZA (*Institute of Labor Economics*). É doutorado em Economia pela Universidade de Nottingham com uma tese de doutoramento sobre economia do ensino superior. As suas áreas de especialização são economia da educação, com foque no ensino superior, economia do trabalho e microeconometria aplicada. A sua investigação foca-se na transição entre ensino secundário e ensino superior. Tem trabalhos científicos publicados em revistas como *Journal of Human Capital*, *Education Economics* e *European Journal of Education*. Tem vindo a integrar e liderar equipas em projetos financiados por entidades públicas e privadas, nomeadamente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Belmiro de Azevedo (EDULOG), OCDE, Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Inovação em Espanha. É ainda representante nacional no *European Network of Graduate Tracking*, órgão criado pela Comissão Europeia responsável por providenciar recomendações para a comissão sobre o seguimento dos diplomados do ensino superior.



Pedro Nuno Teixeira
(U.Porto e CIPES, Portugal)

Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Investigador Sénior do CIPES, do qual foi diretor no período 2009-2022. Investigador e professor visitante nas Universidades de Oxford, Califórnia-Berkeley e SUNY – Albany. Investigação centrada na análise económica e política da educação (nomeadamente no ensino superior) e na história do pensamento económico, destacando-se *Human Capital: Critical Concepts in Economics* (4 vols., Routledge, 2014) e a coordenação da *The International Encyclopaedia of Higher Education* (3 vols, Springer, 2020). Membro do editorial board das revistas: *Higher Education*, *European Journal of Higher Education*, *Higher Education Policy*, *Journal of Research in Higher Education* e *Oeconomia*. Secretário-Geral do *CHER – Consortium of Higher Education Researchers* (2013-2022). Membro do Painel de Avaliadores do *Institutional Evaluation Program* da *European University Association* e da *ENQA – European Association of Quality Agencies*. *Research Fellow* da *IZA – Institute of Labor Economics* e *PROPHE – Program of Research on Private Higher Education*. *National expert* da *DG Education* (2015-2018) e da *EU Network of Experts on the Economics of Education* (2019-2022). Membro do Conselho Nacional da Educação (2014-2018) e do Conselho de Educação da Fundação Francisco Manuel dos Santos (2013-2018).

Membro não-executivo do Conselho de Administração da Fundação Bial (2015-2022). Vice-Reitor para a Formação e Organização Académica da Universidade do Porto (2014-2018). Consultor da Casa Civil da Presidência da República para o Ensino Superior e a Ciência (2016-2021) e para o Ensino Superior e a Recuperação Económica (2021-2022). Secretário de Estado do Ensino Superior no XXIII Governo Constitucional (2022-2024). Membro da Academia Europaea (desde 2021).



Ricardo Biscaia
(U. Porto e CIPES, Portugal, Co-Investigador Responsável)

Ricardo Biscaia é Professor Associado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Investigador do CIPES. É doutorado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Os seus interesses de investigação são nos campos das Políticas de Ensino Superior, com um enfoque na internacionalização, no acesso, no mercado de trabalho para diplomados do ensino superior, e nos modelos de financiamento do Ensino Superior. Publicou em revistas de áreas diversas, como na *Public Administration Review*, *Papers in Regional Science*, *Applied Economics*, *Higher Education*, entre outras. Fez parte dos Grupos de Trabalho Técnico para o Acesso ao Ensino Superior e para Estudantes Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia, e Ensino Superior.



Richard Murphy
(U. Texas at Austin, EUA)

Richard Murphy é Professor Associado de Economia na Universidade do Texas em Austin, tendo obtido o seu doutoramento em Economia na University College of London em 2014. A sua principal área de interesse é a economia da educação, especializando-se recentemente na transição do ensino secundário para o pós-secundário, utilizando novas variações encontradas em grandes dados administrativos. Publicou a sua investigação nas principais revistas económicas, como *Review of Economic Studies*, *a Review of Economics and Statistics*, *o Journal of Labor Economics*, *Labour Economics*, entre outras. Richard Murphy é membro afiliado do National Bureau of Economic Research (NBER), do CESifo (Center of Economic Studies and Ifo Institute for Economic Research) e do IZA (Institute of Labor Economics), e é co-editor da *Economics of Education Review*.



Stephen L. DesJardins
(U. Michigan, EUA)

Stephen L. DesJardins é Professor Catedrático na Escola de Educação da Universidade do Michigan. DesJardins obteve uma licenciatura em economia pela Northern Michigan University, um mestrado em análise de políticas e economia do trabalho pelo Hubert H. Humphrey Institute of Public Affairs da Universidade do Minnesota e um doutoramento em ensino superior com especialização em métodos de investigação e avaliação, também pela Universidade do Minnesota. Antes de ingressar no mundo académico, trabalhou em estudos de mercado no sector privado e foi analista de políticas e investigador institucional durante 13 anos na Universidade do Minnesota. Os seus interesses de investigação incluem as transições dos estudantes do ensino secundário para o superior, o que acontece aos estudantes depois de se inscreverem no ensino superior, a economia do ensino pós-secundário e a aplicação de novas técnicas estatísticas ao estudo destas questões. Os seus projetos atuais são os seguintes: análise dos fatores relacionados com o incumprimento dos empréstimos a estudantes; a forma como os cursos que os estudantes frequentam no ensino secundário afetam os resultados educativos subsequentes; e uma série de avaliações dos efeitos das políticas estatais nos resultados do ensino superior. A sua investigação tem sido amplamente publicada em revistas sobre educação e economia. Faz parte do conselho editorial da *Economics of Education Review*, é editor colaborador da *Research in Higher Education* e é o editor da secção de metodologia da *Higher Education: Handbook of Theory and Research*.

Agradecimentos

Expressamos o nosso agradecimento pelo apoio e financiamento prestado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal) (DOI10.54499/PTDC/CED-EDG/5530/2020), assim como ao Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (DOI10.54499/UIDP/00757/2020 e 2023.08911.CEECIND) e ao Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (10.54499/UIDB/03182/2020) pela oportunidade para desenvolver este projeto.

Agradecemos igualmente à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e à Direção-geral do Ensino Superior (DGES) pela disponibilização dos dados trabalhados no contexto deste projeto. Queremos ainda agradecer a todos os colegas, investigadores e alunos de mestrado e doutoramento que contribuíram para o trabalho realizado neste projeto.

Sobre o CIPES

O Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior (CIPES) é uma parceria entre as Universidade de Aveiro e Universidade do Porto, estabelecida em 1998. A missão do CIPES tem sido envolver-se em investigação académica para promover o pensamento crítico e uma compreensão informada sobre as questões políticas vitais que enfrentam o ensino superior, tanto a nível nacional como internacional. O CIPES tornou-se um centro de referência na Europa na sua área.

A amplitude e profundidade dos projetos e publicações do Centro abrangem as principais questões de políticas de ensino superior e refletem a diversidade de formações académicas dos seus investigadores. Desde a sua criação, o CIPES considerou a internacionalização das suas atividades como um aspeto central do seu desenvolvimento e é, atualmente, um parceiro ativo em vários projetos de investigação no campo das políticas de ensino superior, na Europa e no mundo. O CIPES tem participado ativamente em projetos de investigação internacionais, e os seus investigadores participam em conferências internacionais e publicam em revistas internacionais relevantes na área.

O CIPES tem colaborado frequentemente com os principais intervenientes nacionais no ensino superior, contribuindo para fortalecer os debates políticos sobre educação e ciência. Atividades importantes de disseminação também têm ocorrido em colaboração com as principais Fundações Portuguesas com interesse em questões de educação.

www.cipes.pt

